

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 08, 09 e 10/07/2008.

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e oito, às quinze horas, no Salão Azul do Hotel Nacional, situado no Setor Hoteleiro Sul - Quadra 01 - Bloco A, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima sétima reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 107 conselheiros, sendo 58 titulares, 43 suplentes e 06 observadores, conforme **Anexo I**. Os titulares foram representados por 08 conselheiros do Poder Público Federal, 05 conselheiros do Poder Público Estadual, 05 conselheiros do Poder Público Municipal, 17 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 06 conselheiros das Entidades Empresariais, 08 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 05 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 04 conselheiros das Organizações Não Governamentais. Estava presente ainda o Sr. Brian Mathew Mier, Coordenador do Programa de Participação Democrática da Action Aid. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Sr. Elcione Diniz Macedo, saudou a todos e deu início à 17ª reunião ordinária do Conselho das Cidades. Na seqüência, passou à composição da Comissão Coordenadora dos trabalhos convocando a Sra. Arlete Moysés (AGB) de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, a Sra. Regina Ferreira (FASE) das Organizações Não Governamentais, o Sr. Laerte Oliveira (FNE) das Entidades de Trabalhadores, a Sra. Vitória Célia Buarque (UNMP) das Entidades do Movimento Popular, o Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun (Governo do Estado do Mato Grosso do Sul) do Poder Público Estadual, o Sr. Jurandir Guatassara (FNP), do Poder Público Municipal e o Sr. Mario William Esper (ABCP) das Entidades Empresariais. Em seguida, o Secretário-Executivo, apresentou a seguinte proposta de pauta para aprovação do Plenário: **1. Apresentação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC; 2. Apresentação da Campanha Moradia Digna; 3. Relato dos encaminhamentos das Resoluções aprovadas na 16ª reunião ordinária do Conselho das Cidades; 4. Informes dos Comitês Técnicos; 5. Revisão do Art. 20 do Regimento Interno do Conselho das Cidades; 6. Votação das Resoluções.** O Sr. Elcione Diniz colocou em votação a proposta de pauta, que foi aprovada por unanimidade. Logo após, a ata da décima sexta reunião ordinária do ConCidades foi lida e aprovada pelo Plenário e encaminhou-se o primeiro ponto de pauta. **1. Apresentação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC.** O Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes apresentou um breve histórico do SNIC, que tem a finalidade de disseminar as informações existentes sobre as cidades brasileiras. Enfatizou ainda, que desde o ano de 2005 empenha esforços para adicionar ao SNIC um módulo de acompanhamento dos projetos sob responsabilidade do Ministério das Cidades. No mês de junho foi finalizada a revisão deste módulo, de forma que os conselheiros poderão aferir a situação dos contratos e convênios das obras realizadas com recursos do Ministério. O Sr. Elcione Diniz apresentou o referido Sistema e ressaltou a responsabilidade que os usuários cadastrados devem ter ao utilizar as informações disponibilizadas. **2. Apresentação da Campanha Moradia Digna.** O Senhor Ministro Marcio Fortes leu a carta encaminhada pelo segmento empresarial e pelas entidades do Movimento Popular solicitando a apresentação da Campanha pela Moradia Digna na 17ª Reunião do ConCidades e ressaltou que na 3ª Conferência Nacional das Cidades foi assinado o Termo de Cooperação que originou esta Campanha. O Sr. Paulo

Simão, da CBIC falou sobre a importância de um projeto de moradia que atinja as famílias com renda de até 05 salários mínimos e que para isso é preciso ter um marco regulatório que garanta recursos permanentes. O conselheiro Carlos Marun explicou que esta é uma Campanha realizada por entidades e movimentos de luta pela Reforma Urbana e por empresas do setor da construção civil, a fim de garantir recursos permanentes para Habitação de Interesse Social (HIS) com a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para assegurar que 2% da arrecadação federal e que 1% da arrecadação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam destinados, respectivamente, aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de HIS. Os Conselheiros Antônio José e Bartíria Costa ressaltaram a importância dos membros do Conselho das Cidades apoiarem a Campanha nos seus estados. O conselheiro Laerte Oliveira solicitou a inclusão da questão da mobilidade urbana no panfleto da Campanha, quando este trata dos investimentos necessários para assegurar a habitação.

2. Relato dos encaminhamentos das Resoluções aprovadas na 16ª reunião ordinária do Conselho das Cidades. O Sr. Elcione Diniz informou que já foram publicadas no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº. 07 que aprova as alterações do Regimento Interno do ConCidades, a Resolução Recomendada nº. 49 que recomenda aos governos municipais e estaduais o convite à participação de associações e cooperativas habitacionais como executoras dos contratos que venham a ser celebrados com o Ministério das Cidades no âmbito do FNHIS e a Resolução Administrativa nº. 09 que dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho para desenvolver campanha nacional de implementação da agenda do Conselho das Cidades e da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Relatou ainda que a Resolução que recomenda o lançamento de Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização, visando à elaboração e a implementação dos Planos de Saneamento Básico, e garantir rubricas orçamentárias específicas para sua implementação ainda não foi homologada, devido o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério, que entende que o conteúdo desta Resolução está condicionado à regulamentação da Lei nº. 11.445. A homologação da Resolução que dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de formular e executar agenda de ações e programações específicas para implementação do Ano Internacional de Saneamento no Brasil depende apenas da indicação de representante da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O Sr. Elcione informou que a Resolução que recomenda ações imediatas para a efetiva implementação da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos não foi publicada, mas que será constituído um Grupo Executivo na estrutura regimental do Ministério das Cidades para discutir a criação de instância para tratar dos Conflitos Fundiários Urbanos.

4. Informes dos Comitês Técnicos. Devido à ausência da Secretária Nacional de Habitação, que estava em missão internacional, o conselheiro Ângelo Arruda fez os informes do Comitê Técnico de Habitação. Relatou que foi apresentado o Plano Nacional de Habitação - PLANHAB e o quarto relatório do PAC Habitação, além da discussão a respeito da composição do Comitê e das propostas de resoluções. A Secretária Teresa Jucá, informou que o Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano definiu os locais em que ocorrerão os Seminários Regionais sobre o PL nº. 3.057/00 e os demais encaminhamentos do Seminário Nacional que ocorreu em maio. Foi informado ainda que o Comitê discutiu se continuaria a utilizar as informações do Censo de 2000 como balizadores para definir os municípios que têm obrigatoriedade de elaborar planos diretores, conforme recomenda a Resolução nº. 34, de 01 de julho de 2005, do ConCidades, ou se utilizaria o Censo de 2007, com informações mais recentes. O Comitê decidiu que a discussão continuaria via correio eletrônico para apresentar uma proposta na próxima reunião do ConCidades. Foram discutidas ainda propostas para agilizar a destinação de imóveis vazios da União para a habitação de interesse social e duas propostas de resolução em que propõe a criação de um Grupo de

Trabalho sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e outra sobre o cronograma de reuniões do ConCidades no ano de 2008. O Secretário Luiz Carlos Bueno de Lima informou que o Comitê de Trânsito, Transporte e Mobilidade discutiu a necessidade de adequar os sistemas de transporte nos municípios brasileiros, o barateamento de tarifas e a integração com as ações desenvolvidas pelas demais Secretarias do Ministério. O Secretário informou ainda sobre a constituição de um grupo para formular propostas visando o barateamento de tarifas e para aprofundar e encaminhar as discussões ocorridas no Comitê, composto pelos conselheiros Nazareno Spósito, Laerte Oliveira, Juarez Bispo e Edmundo Xavier e pelo técnico João Alencar. O Secretário de Saneamento, Sr. Leodegar Tiscoski, informou que foi apresentado o primeiro balanço do PAC Saneamento e afirmou que o Decreto de Regulamentação da Lei nº. 11.445 será encaminhado para a Casa Civil até o dia 15 de setembro do ano corrente. Foi apresentado o documento “Diretrizes para o Projeto Estratégico de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB” e o cronograma para a elaboração do Plano e o Secretário informou que a campanha para a elaboração dos planos municipais e estaduais terá início em dezembro, após o período eleitoral. O Secretário apresentou ainda a logomarca aprovada no Comitê para a divulgação do Ano do Saneamento no Brasil que será encaminhada para a Secretaria de Comunicação Social – SECOM, para análise. Informou ainda que o Ministério está desenvolvendo uma página eletrônica para divulgar as ações de saneamento no Brasil e que será realizado um seminário para o encerramento da campanha no final do ano de 2008. O Comitê votou a indicação dos convidados para o Comitê e uma proposta de resolução sobre a realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental e outra sobre o Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Logo após o relato, o Ministro das Cidades propôs a realização de uma audiência com a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados com a representação de todos os segmentos do ConCidades, visando esclarecimentos e sugestões sobre a PEC 603/98 que exclui a aplicação do aforamento aos terrenos de marinha situados na faixa de segurança, na orla marítima, alterando a Constituição Federal de 1988.

5. Revisão do Art. 20 do Regimento Interno do Conselho das Cidades. O Sr. Elcione Diniz assumiu a palavra para ler a proposta de alteração no texto do Regimento Interno do ConCidades, que cria uma estrutura de coordenação política dos trabalhos do Conselho das Cidades, composta por representantes de todos os segmentos do ConCidades. A matéria foi posta em votação e o plenário aprovou por unanimidade.

6. Votação das Resoluções. O Secretário-Executivo, apresentou a proposta de Resolução que dispõe sobre a eleição de entidades integrantes do Conselho das Cidades, para fins de composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - CGFNHIS. Os conselheiros Benedito Barbosa e Carlos Marun ressaltaram que os segmentos Poder Público Municipal e Poder Público Estadual não possuem representação no Conselho Gestor e propuseram que o ConCidades promova uma discussão posterior sobre esta participação, devido a importância destes entes federados no CGFNHIS. O plenário aprovou a Resolução apresentada. Também foi votada a Resolução que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para elaborar proposta de Projeto de Lei para o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Houve uma discussão acerca da necessidade da aprovação desta Resolução, visto que na 16ª Reunião foi homologada Resolução que visa implementar as Resoluções da 3ª Conferência Nacional das Cidades, que em grande parte são relativas a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. No entanto, os Conselheiros Nelson Saule, Ângelo Arruda, Regina Ferreira e Benedito Barbosa ressaltam que esta Resolução é necessária para cumprir os prazos estabelecidos na Conferência para o envio do referido Projeto de Lei ao Congresso Nacional. A Resolução também foi aprovada sem alteração. Outra Resolução em regime de votação recomenda a incorporação do transporte

público e da mobilidade urbana aos programas das Secretarias Nacionais que compõem o Ministério das Cidades. Após debate, o texto foi votado e aprovado. O Sr. Elcione Diniz, apresentou Resolução que recomenda a realização de ações que viabilizem a priorização do transporte público de passageiros utilizando combustíveis menos poluentes e que promovam a inclusão social, associadas à destinação de maiores recursos à Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. O conselheiro Benedito Barbosa solicitou esclarecimentos quanto ao Art. 1º da Resolução, que trata da excepcionação de recursos para o Programa Pró-transporte. O conselheiro Laerte Oliveira esclareceu que o recurso já foi aprovado, mas que este ainda não foi liberado, por isso a importância do Ministério encaminhar uma proposta de voto, com vistas à excepcionação ao Conselho Monetário Nacional. A proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade. O Secretário-Executivo do ConCidades apresentou ainda Resolução que aprova a realização da “Campanha Nacional pela Moradia Digna”. A Resolução também foi aprovada por unanimidade pelo plenário. Logo após, foi apresentada a Resolução que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estudar e propor o direcionamento de novos recursos em montante e fluxo adequado à revitalização do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, bem como recomenda o aporte de recursos pelo Governo Federal ao referido Fundo, a fim de ampliar os recursos para Habitação de Interesse Social. A Resolução foi aprovada pelo plenário. Em seguida, foi apresentada Resolução que recomenda o acompanhamento da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, por parte do Conselho das Cidades, em âmbito nacional, bem como dos Conselhos das Cidades ou similares existentes nos demais entes da federação. O conselheiro Ângelo Arruda sugeriu a substituição do termo “convite” por “convocação” no Art. 2ª e nos demais em que apareça. A sugestão foi aprovada por todos, bem como a Resolução. A Srª. Fabiana Sá, representante do Conselho Nacional de Saúde apresentou Resolução que recomenda ao Ministério das Cidades a participação na organização da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental, juntamente com o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente, conforme proposta aprovada na 3ª Conferência Nacional das Cidades. A proposta foi aprovada pelo plenário. Logo após, foi apresentada outra Resolução proposta pelo Comitê Técnico de Saneamento Ambiental, que recomenda a aprovação do Projeto de Lei nº. 1.991/2007, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. O plenário aprovou a Resolução por unanimidade. Por último, o Secretário-Executivo apresentou resolução que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para avaliação do Programa de Arrendamento Residencial - PAR. A Resolução foi aprovada pelo plenário. Os conselheiros José Leite e Edmundo Xavier informaram que o presidente do Senado Federal assinou um Decreto que ratifica a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos da pessoa com deficiência, de forma a incluí-los na Constituição Federal de 1988. No encerramento dos trabalhos, o Secretário-Executivo e o Senhor Ministro Marcio Fortes de Almeida, se despediram e agradeceram a presença de todos.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente